



Senado debate na terça políticas contra corrupção

Iniciativa foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos pelos mesmos senadores que participaram, na segunda-feira, de sessão em apoio à presidente Dilma Rousseff no combate a irregularidades

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) debaterá na próxima terça-feira políticas de combate à corrupção e à impunidade. O encontro, que deverá ter a participação de entidades como OAB, CNBB e ABI, faz parte do movimento iniciado na última segunda-feira por Pedro Simon, quando diversos senadores se revezaram no Plenário para render apoio às medidas anticorrupção que resultaram em denúncias e na demissão de ministros, diretores e assessores no governo federal. **2**



Paulo Paim e Randolfe Rodrigues (D) se cumprimentam na reunião da CDH

Ano Volpex/Senado Federal



Fernando Collor, entre os diretores da Boeing que vieram ao Brasil

Genildo Magalhães/Senado Federal

EUA também prometem ceder tecnologia na venda de caças

Se o Brasil decidir comprar os aviões Super Hornet para reequipar a Força Aérea, os Estados Unidos prometem transferir tecnologia nos mesmos moldes da que hoje é feita a países como Reino Unido,

Canadá e Austrália. Foi o que afirmou ontem Christopher Chadwick, presidente da Boeing Military Aircraft, fabricante dos caças, durante audiência pública promovida pela CRE para avaliar o assunto. **7**

Na CRE, professores alertam para risco de fracasso da Rio+20

Professores ouvidos na CRE alertam para risco de fracasso da reunião internacional sobre meio ambiente prevista para o ano que vem no Brasil (Rio+20) e enfatizaram a necessidade de formação

de cidadãos ambientalmente conscientes. O debate, cujo tema foi "Governança: como administrar as soluções", reuniu especialistas da UnB, do Uniceub e da Mackenzie. **5**

Senado pede que Câmara vote logo a PEC das MPs **3**

CRA discute hoje Código Florestal em Curitiba **5**

Aprovados embaixadores para Catar e Panamá **7**



Cristovam Buarque (2º à dir.) coordena debate entre professores universitários

Ano Volpex/Senado Federal

Mulheres querem direito ao aborto e mais proteção

Subcomissão reúne mulheres para debater os direitos sexuais e reprodutivos e ouve defesa do aborto e críticas a projetos, como um que defende mudanças na Lei Maria da Penha. **8**



Senadoras Lidice da Mata e Ângela Portela, no centro da mesa, entre as convidadas: projetos recebem críticas

Lia de Paula/Senado Federal

OMS alerta para gastos com socorro a motoristas **4**

Audiência hoje no Rio discute atualização do CDC **3**

CDH fará audiência pública para debater medidas anticorrupção

Discussão com entidades da sociedade civil, marcada para a próxima terça por iniciativa de senadores da base governista, é motivada pelas recentes acusações de irregularidades que levaram a demissões em vários ministérios

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debaterá, na terça-feira que vem, políticas de combate à corrupção e à impunidade. O requerimento para a realização da audiência pública, aprovado ontem, foi apresentado pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Luiz Henrique (PMDB-SC), Ana Amélia (PP-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Pedro Taques (PDT-MT) e Marcelo Crivella (PRB-RJ). Na segunda-feira passada, eles haviam se revezado na

tribuna para apoiar a presidente Dilma Rousseff por suas ações de combate à corrupção, que levaram a demissões em vários ministérios. O mentor do movimento pró-governo foi Pedro Simon. A audiência pública da próxima terça-feira faz parte desse mesmo movimento. Pedro Taques justificou a escolha da CDH para o debate. Segundo ele, a corrupção consome recursos que deveriam ser aplicados em direitos humanos fundamentais: – A corrupção solapa os direitos humanos na saúde que não cura, nas escolas que não ensinam, na segurança que não

dá tranquilidade. Serão convidados para a audiência o bispo Damasceno Raimundo, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Ophir Cavalcante, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); José Geraldo de Souza Júnior, reitor da Universidade de Brasília (UnB); Marlon Reis e Jovita José Rosa, representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; e dom Manoel João Francisco, presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (Conic). Pedro Taques sugeriu que sejam convidados também representantes de entidades da Justiça e do Ministério Público. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) propôs a presença da ONG Transparência Brasil e da Associação dos Delegados da Polícia Federal. Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu a presença de representantes da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Paulo Paim sugeriu que sejam ouvidos também representantes dos movimentos sociais. Até a segunda-feira, outros nomes poderão ser convidados.

Requião afirma que há causas mais graves



Roberto Requião (PMDB-PR) apoiou ontem as ações da presidente Dilma Rousseff no combate à corrupção. No entanto, mostrou-se cético quanto à eficácia dessas medidas.

Na sua avaliação, o combate à corrupção não pode restringir-se à identificação e punição de burocratas, pois haveria causas mais graves.

– Caso continuemos dissociando a luta contra a corrupção da luta pelas reformas econômica, política, social e jurídica, vamos continuar vendo a sangria inestancável do erário – disse o senador.

Para Requião, não há como combater a corrupção sem evitar, por exemplo, que os salários dos trabalhadores não acompanhem o aumento de produtividade.

Ele considerou imoral “a política econômica que premia os rentistas pátrios e estrangeiros” e colocou no mesmo patamar da corrupção a privatização do patrimônio público e a ineficiência da Justiça.

Pedro Taques (PDT-MT), Randolfe Rodrigues (PSOL-PA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) parabenizaram Requião.

Ataídes: desvios prejudicam economia



A economia brasileira exige cuidados, uma vez que a corrupção desperdiça anualmente bilhões de reais dos cofres públicos, afirmou Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

– A corrupção campeia em todos os níveis – disse ele, apontando que a impunidade garante o aumento da corrupção.

O senador sugeriu à presidente Dilma Rousseff que dê mais atenção à escolha de seus colaboradores, pois muitos deles já demonstraram não ter compromisso nem com a presidente nem com o Brasil.

– Nos últimos dias, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, finalmente começou a se preocupar com a economia brasileira – afirmou Ataídes, lembrando que Mantega sugeriu recentemente que órgãos públicos dos três Poderes deveriam cortar gastos para equilibrar as contas.

O parlamentar também se disse preocupado com o alto endividamento da população brasileira e do poder público. A dívida interna brasileira está por volta dos R\$ 2 trilhões, assinalou.

Para Flexa, governo Dilma está acuado



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) avaliou negativamente os primeiros meses do governo de Dilma Rousseff. Para o senador, o governo está acuado, incapaz de agir em favor do povo e precisa se reequilibrar para comear a trabalhar.

– A única reforma em andamento é a ministerial. Não sei se por vontade própria da presidenta ou pela imposição dos fatos lamentáveis que acompanham esse início de governo – afirmou o senador.

Flexa destacou a necessidade de reformas fiscal e tributária que levem maior competitividade aos setores produtivos em face da crise mundial, além de uma ampla reforma política.

– Estamos às vésperas do prazo final para que possamos definir as regras para as eleições do ano que vem. Pelo andar da carruagem, nada vai acontecer. É falta de vontade do Parlamento? Não, é falta de vontade do governo – disse Flexa, lembrando que a faxina nos ministérios promovida por Dilma não resulta de ação direta da presidente, mas de denúncias.

Gurcacz e Ana Amélia elogiam novo ministro

Em reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ontem, o presidente do colegiado, Acir Gurgacz (PDT-RO), e Ana Amélia (PP-RS) saudaram a indicação do deputado federal Mendes Ribeiro (PMDB-RS) para ministro da Agricultura.

A senadora disse ter recebido a confirmação do nome “com muita alegria e satisfação”.

– Ele vai, sem dúvida, prestar relevantes serviços ao país. A chegada de um gaúcho nos deixa muito seguros e confiantes em termos de parceria para nos ajudar nos desafios que temos pela frente.

Acir Gurgacz falou de sua alegria em função da competência e do currículo do deputado, que, segundo destacou, tem uma ligação muito forte com a comissão.

– Entendo que o Ministério da Agricultura é o mais importante do nosso país, depois da área econômica, pois sustenta a balança comercial brasileira. Que seja muito bem-vindo – assinalou o senador.

Sarney destaca qualidades de Mendes Ribeiro

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) tem excelentes qualidades e mostrou grande desempenho como líder do governo no Congresso.

Reunida na noite de quarta-feira no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente, Michel Temer, a cúpula do PMDB escolheu o deputado para substituir Wagner Rossi, que havia deixado naquele dia o Ministério da Agricultura.

– O deputado Mendes Ribeiro é homem de excelentes qualidades, que teve grande desempenho na Câmara, onde atualmente ocupa a liderança do governo no Congresso, cargo que desempenha com grande competência – afirmou Sarney.



O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, reuniu-se ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para apresentar as diretrizes do PSD, partido que o prefeito está criando. Kassab estava acompanhado do senador Sérgio Petecão (PMN-AC), de deputados e de futuros dirigentes do partido. – Foi uma visita protocolar. Tivemos

ontem [anteontem] a primeira reunião do PSD e no dia de hoje [ontem] programamos visitas oficiais à presidente Dilma, ao presidente da Câmara, Marco Maia, e ao presidente do Senado, José Sarney, para mostrar nossos objetivos – explicou Kassab. Ele afirmou que a legenda será independente, mas que dará apoio a

medidas do governo com as quais o partido concorde. – Não faremos parte da base de apoio do governo – disse. O senador Petecão explicou que a expectativa é formalizar a criação do PSD até outubro, para que seus filiados possam concorrer em 2012. – Não existe questionamento legal que nos impeça de criar o partido.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de segunda-feira do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem ao Dia do Maçom

9h A primeira hora da sessão não deliberativa de hoje será dedicada à comemoração do Dia do Maçom.

CRA Seminário no Paraná

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária se reúne hoje no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, onde dará continuidade ao ciclo de palestras e debates sobre o setor em diversos estados do Brasil.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Oposição cobra votação de vetos pelo Congresso

O Congresso Nacional abriu e encerrou logo em seguida, na manhã de ontem, sessão conjunta destinada a votar seis projetos de lei que abrem créditos no Orçamento da União em favor de vários ministérios e órgãos do governo.

O encerramento foi pedido pela liderança do DEM para forçar a inclusão de vetos na pauta de votações. O deputado Claudio Cajado (DEM-BA) alegou que a indicação do atual líder do governo no Congresso, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), para o Ministério da Agricultura deixa o Executivo temporariamente sem negociador.

A demora na apreciação vem gerando críticas da oposição, que defende propostas, já tramitando no Congresso, de mudanças nas regras de análise dos vetos.



Para o senador, governo mostra que tem domínio sobre o Congresso

Jayme Campos critica vetos de Dilma à LDO

Jayme Campos (DEM-MT) criticou os vetos da presidente Dilma Rousseff à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para ele, a ação do governo mostra "a inexorável subversão do Congresso ao Poder Executivo".

O senador disse que o número de artigos vetados, 30, lembra uma traição à vontade dos representantes do povo. De acordo com a Bíblia, Judas traiu Jesus por 30 moedas.

Entre os itens vetados, lembrou o parlamentar, estão questões como a emenda que prevê controle de títulos para capitalização do BNDES e a emenda que previa aumento real para aposentados, a quem manifestou solidariedade.

Comissão entrega ao presidente da Câmara a emenda constitucional, aprovada na quarta-feira, que dá mais prazo para o Senado analisar as medidas provisórias. Marco Maia diz que negociará com líderes tramitação acelerada

Senadores pedem aos deputados que votem rapidamente a PEC das MPs

APÓS REUNIÃO ONTEM com o presidente do Senado, José Sarney, líderes partidários e senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) entregaram ao presidente da Câmara a proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que altera o rito de tramitação das medidas provisórias, aprovada na quarta-feira pelo Plenário.

De autoria de José Sarney, modificada por substitutivo do senador Aécio Neves (PSDB-MG) e emendas de outros senadores, a proposta de emenda garante ao Senado prazo suficiente para examinar as MPs, que hoje chegam próximas da data final para votação.

Pelo texto aprovado, a Câmara passa a ter 80 dias para analisar MPs e o Senado, 30

dias, restando 10 dias para que os deputados analisem possíveis emendas dos senadores.

Para Aécio Neves, a PEC recoloca o Congresso Nacional na condição de instrumento independente de avaliação de projetos do Executivo e não apenas de mero "homologador" de propostas.

– Nenhuma matéria traz tantas consequências para o processo legislativo quanto essa. É um momento único e esperamos que a Câmara dos Deputados compreenda a necessidade de votar essa questão com a maior rapidez possível – disse Aécio.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), destacou a votação unânime da proposta e fez um apelo aos deputados para que aprovem a medida.

– Nós estamos entregando à Câmara para que possa ser votada também rapidamente, fazendo um apelo para que a Câmara possa apreciar e aprovar essa norma – pediu.

Após receber o documento, o presidente da Câmara, Marco Maia, prometeu conversar com os líderes para dar celeridade à tramitação da PEC.

– À luz do que havia combinado com o senador Sarney, vou trabalhar a proposta aqui dentro, apresentar aos líderes, para permitir que ela tramite de forma célere, seja para aprová-la, seja para rejeitá-la – afirmou.

Marco Maia disse também desconhecer o texto na integralidade, mas afirmou que não apoiará nenhuma iniciativa que retire prerrogativas da Câmara.

– Eu ainda não tenho uma avaliação técnica da proposta, mas tenho afirmado que nós não vamos aprovar ou apoiar nenhuma iniciativa que venha tirar prerrogativas da Câmara – afirmou Marco Maia.

Para o deputado, o problema principal das MPs não está no prazo, mas na necessidade de firmar acordos que permitam a votação de matérias.

– Uma MP, havendo acordo, pode ser votada em dez dias, em uma semana. O problema muitas vezes é que há uma pressão por parte da oposição para não permitir que as matérias sejam votadas com celeridade. A questão dos prazos pode ser ajustada e é razoável que o Senado também tenha um prazo maior para o debate – disse.



Marco Maia, com senadores: deputado disse que não conhece bem a PEC, mas não apoiará perda de prerrogativas da Câmara



Sarney, autor da PEC que altera o rito das medidas provisórias no Congresso

Admissibilidade ficará a cargo das CCJs da Câmara e do Senado

A proposta de emenda constitucional divide os 120 dias de prazo para tramitação das MPs em 80 dias para análise na Câmara dos Deputados e 30 dias no Senado. Outros dez dias são dados aos deputados para a revisão, caso os senadores façam modificações na medida provisória.

Ponto de polêmica na discussão da PEC, a análise da admissibilidade das MPs acabou ficando sob a responsabilidade das comissões de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e do Senado, que terão, cada uma, até dez dias para análise da relevância e urgência das matérias. Em caso

de rejeição da MP por uma das duas comissões, poderá haver recurso ao Plenário, assinado por um décimo dos parlamentares da respectiva Casa (nove senadores ou 52 deputados).

A PEC 11/11 também altera as regras para que a MP passe a ter regime de urgência. Atualmente,

a medida tranca a pauta 45 dias após a data de sua publicação, em qualquer uma das Casas em que esteja sendo analisada. Com a mudança, a MP passa a bloquear a pauta da Câmara depois de estar na Casa por 70 dias. Já no Senado, a matéria ganha urgência após 20 dias.

Comissão do CDC promove hoje no Rio primeira audiência

Será realizada hoje, no Rio de Janeiro, a primeira audiência pública da comissão de juristas instituída pelo Senado para apresentar propostas de atualização do Código de Defesa do Consumidor. Um dos objetivos do colegiado é adequar a legislação ao comércio eletrônico e dotar o código de dispositivos que desestimulem o endividamento das famílias. A audiência será realizada no Instituto dos Advogados Brasileiros.

A comissão é presidida pelo ministro do Superior Tribunal

de Justiça Herman Benjamin. Indicada relatora-geral dos trabalhos, a professora Claudia Lima Marques cuidará das questões ligadas a endividamento e crédito. As vendas pela internet serão analisadas por Leonardo Bessa, promotor do Distrito Federal especialista em serviços financeiros, e Roberto Pfeiffer, ex-diretor executivo do Procon de São Paulo. O viés processual presente nas relações de consumo será estudado pela também jurista Ada Pellegrini Grinover.

Senado unifica sua identidade visual

O *Manual de Identidade do Senado Federal*, que unifica a imagem institucional da Casa, entrou ontem em vigor. Instituído por ato da Comissão Diretora, o manual foi desenvolvido pela Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres) – área de criação e *marketing* da Casa – da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs).

O desenvolvimento do manual foi um trabalho de cinco meses e envolveu dez servidores. Os primeiros três meses foram despendidos em pesquisa preliminar, em que 27 setores da Casa foram visitados, e na

realização de *benchmarking*, em que foram analisados 37 manuais de identidade visual de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Além de estabelecer cores, proporções, tipografia padrão, área de segurança, entre outros elementos fundamentais à padronização do uso da marca, o manual de identidade incorpora a figura do guardião da marca. Os guardiões serão responsáveis, em cada setor, por acompanhar e orientar os demais servidores sobre o uso correto da marca.

O Senado convivia com uma

diversidade de marcas de áreas específicas, com diferentes aplicações, o que dificultava a uniformidade visual.

Conforme o presidente do Senado, José Sarney, a aprovação do manual representa "um avanço da Casa em busca de sinergia e coesão da identidade visual". Para Elga Lopes, diretora da Supres, "a estratégia de arquitetura de marca proposta pelo manual é uma tendência internacional e evita a diluição da força da identidade por conta do excesso de diferentes marcas em uso por uma instituição".

Despesas hospitalares não deveriam ser gratuitas nos casos em que a vítima infringiu as leis de trânsito, sugere delegado brasileiro da entidade

Motorista acidentado deve ressarcir SUS, defende OMS

OS MOTORISTAS QUE sofreram lesões e traumas em acidentes de trânsito por terem infringido a lei devem ressarcir o Estado pelas despesas hospitalares e por outros custos com o tratamento. A sugestão é do delegado brasileiro da Organização Mundial da Saúde (OMS), o médico Gerardo Vasconcelos Mesquita, que atua na divisão de traumas da instituição.

Mesquita participou ontem de audiência pública na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O Estado, segundo Mesquita, gasta cerca de R\$ 30 bilhões por ano com o tratamento de brasileiros acidentados no trânsito. Ele defendeu o ressarcimento – já aplicado em países da Comunidade Britânica – por não se tratar propriamente de

acidentes, na visão dele, já que são evitáveis.

Situações de risco

Os acidentes de trânsito são a nona causa de mortes no mundo. Vitimam principalmente homens dos 18 aos 40 anos, ressaltou Mesquita.

A maioria das mortes de homens jovens, afirmou, não é causada por problemas de saúde, mas porque os motoristas se colocam em situações de risco. Dirigir após consumir bebidas alcoólicas é uma delas.

O trânsito mata mais que guerras. Conforme dados da OMS de 2002, os acidentes de trânsito mataram 1,2 milhão de pessoas no mundo, enquanto os mortos em guerra foram 310 mil. Naquele ano, 450 mil morreram por afogamento, 315 mil por envenenamento, 283 mil por quedas e 238 mil por queimaduras. Os suicídios foram 815 mil; e os homicídios, 520 mil.



Gerardo Mesquita, delegado da Organização Mundial da Saúde, e o senador Wellington Dias, em audiência pública

Impostos para bancar campanhas de prevenção

O presidente da subcomissão, senador Wellington Dias (PT-PI), defendeu a intensificação das campanhas de prevenção, tratamento e reinserção social. Essas medidas custam cerca de R\$ 3 bilhões – valor bem menor que o gasto no tratamento das sequelas de acidentes de trânsito – e preservam vidas.

Os recursos arrecadados com o aumento dos impostos sobre cigarros e bebidas alcoólicas, sugeriu o senador,

podem ser utilizados nesse investimento.

Na avaliação de Gerardo Mesquita, os brasileiros exigem direitos, mas não observam seus deveres. Após o boom de consumo decorrente da estabilização econômica, ele acredita que as pessoas passaram a desconsiderar as boas atitudes de convivência em sociedade. Ele propôs que o currículo da educação básica inclua disciplina sobre boas práticas de cidadania.

Também para Ana Amélia (PP-RS), o modo como os brasileiros se comportam precisa ser examinado “com urgência”. Ela destacou a “falta de valores” como causa do desrespeito entre as pessoas, citando ainda o envolvimento de autoridades e empresários em atos de corrupção. Para a senadora, a falta de educação das pessoas faz com que boas leis se tornem inócuas, como acontece com o Código de Trânsito Brasileiro.



Geovani alerta para desigualdades entre jovens urbanos e rurais

Geovani destaca conquistas da juventude

Geovani Borges (PMDB-AP) anunciou ontem a realização, em setembro, da Conferência Municipal de Juventude de Macapá, com o tema “Juventude e efetivação de direitos”.

Em homenagem ao Dia Internacional da Juventude, 12 de agosto, Geovani enumerou vitórias nos últimos anos: de 1996 a 2007, a frequência de estudantes entre 15 e 17 anos no ensino médio cresceu 99,2%; de 18 a 24 anos no ensino superior, cresceu 123,3%. O índice de jovens de 18 a 24 anos com carteira assinada subiu de 38,2% para 41,7% em dez anos. Entre 25 e 29 anos, o índice passou de 40,3% para 47,2%.

Mas o senador alertou para desigualdades. A escolaridade dos jovens rurais é 30% inferior à dos urbanos. O analfabetismo entre os jovens negros é mais do que duas vezes maior que entre não negros. A solução, diz ele, é incorporar nas políticas públicas ações para os jovens.



Para Armando Monteiro, ensino profissional é “primordial no país”

Armando resalta crescimento da educação superior

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) comemorou a terceira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino, que vai criar quatro novas universidades, 47 campi e 208 institutos de educação federal e de ciência e tecnologia.

Para ele, investir em educação profissional é primordial, especialmente no interior, e o apoio aos arranjos produtivos locais exige esforço articulado dos governos, em todos os níveis, para que se amplie a oferta de matrículas no ensino superior e no técnico profissionalizante.

Armando Monteiro comemorou especialmente a extensão do campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco e nove institutos federais, o que vê como essencial para formar a mão de obra necessária ao setor petroquímico no estado.

A educação técnica do Sistema S também foi elogiada pelo senador.



Lídice da Mata: duas novas universidades ficarão no estado

Lídice comemora avanço do ensino federal na Bahia

Ao manifestar seu contentamento com o plano de ampliação dos investimentos na educação superior, Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou o fato de que duas das quatro novas universidades anunciadas pela presidente Dilma Rousseff serão instaladas em seu estado: a Universidade Federal do Oeste da Bahia, “fruto de uma longa luta de mobilização”; e a Universidade Federal do Sul da Bahia, com sede em Itabuna e ramificações em Teixeira de Freitas e Porto Seguro.

A senadora informou ainda que o Ministério da Educação autorizou que a Universidade Federal da Bahia se expanda para a cidade de Camaçari, que sedia o polo petroquímico estadual.

Lídice da Mata também comemorou a possibilidade de o estado ter nove novos institutos federais de educação, o que significará 26 institutos desse tipo na Bahia.



Suplicy teme que sindicatos percam uma de suas principais finalidades

Suplicy contesta decisão do TST sobre dissídios

Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou um equívoco que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) venha extinguindo todos os processos de dissídio coletivo sem a análise do mérito quando os patrões, em preliminares de contestação, dizem que não concordam com a impetração do dissídio.

Caso se mantenha essa interpretação do tribunal, disse o senador, os sindicatos dos trabalhadores serão obrigados a contar com a aquiescência dos empregadores para ajuizar suas causas, possibilidade remota, já que há conflitos de interesse. Assim, os sindicatos acabarão perdendo sua finalidade, que é defender os direitos da classe trabalhadora, alertou o senador.

– Seria mais prudente que o TST, coerente com sua história de sempre respeitar os valores sociais do trabalho, reavaliasse sua interpretação sobre o ajuizamento do dissídio trabalhista de natureza econômica.



João Vicente aponta “fosso salarial” entre PMs e policiais civis

João Vicente pede que Piauí negocie com PM

João Vicente Claudino (PTB-PI) pediu ao governo de seu estado que negocie com os policiais militares. Segundo o senador, os policiais reclamam das condições precárias em que têm de trabalhar. Também apontam um “fosso salarial” entre as polícias Civil e Militar: enquanto o salário inicial na primeira é de R\$ 2.527, na segunda não passa de R\$ 1.405.

No mesmo discurso, o parlamentar pediu votos para o professor Antonio Cardoso do Amaral, candidato a Homem do Ano pela revista *Alfa*, editada pelo grupo Abril. O professor, pré-selecionado entre os 45 brasileiros que mais se destacaram em suas áreas de atuação em 2011, conseguiu que 120 alunos seus em Cocal dos Alves (PI) se tornassem medalhistas na Olimpíada Brasileira de Matemática das escolas públicas.

Ministro Lobão discute *royalties* em audiência na quinta-feira

O ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, participa, na próxima quinta-feira, de debate sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo, em audiência conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, aprovada ontem pela CI, foi de Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da comissão.

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, também discutirá o assunto, mas na quarta-feira, conforme solicitação da senadora.

No ano passado, o presidente Lula vetou proposta aprovada pelo Congresso que dividia os *royalties* de petróleo igualmente entre estados produtores e não produtores. Em julho deste ano, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou que poderá colocar em votação o veto da Presidência da República,

caso não haja acordo sobre a distribuição dos recursos.

Na discussão de ontem na CI, Walter Pinheiro (PT-BA) informou que o tema deve ser analisado em um ciclo de debates, às quintas-feiras, até 15 de setembro, para construir um acordo sobre o assunto.

Estados que possuem reservas de petróleo do pré-sal querem tratamento diferenciado em relação aos demais, contrariando projeto aprovado no Congresso.

– Não podemos virar o ano de 2011 sem uma definição em relação a essa questão dos *royalties* – disse Walter Pinheiro.

Cyro Miranda (PSDB-GO) e Waldemir Moka (PMDB-MS) acreditam em entendimento sobre o tema. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu que o ministro seja também questionado sobre concessões no setor elétrico e marco regulatório da mineração.

Pinheiro comemora lançamento de plataforma de petróleo na BA

O lançamento de plataforma autoelevatória P-59 para exploração de petróleo em águas profundas na Bahia, pelo Consórcio Rio Paraguaçu, foi comemorado pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA), ontem, na tribuna do Senado.

– Fica patenteado que a Bahia dispõe hoje de uma indústria e de profissionais capazes de cumprir todas as etapas de construção e lançamento de uma estrutura tão complexa. O Brasil é o país que mais tem avançado na pesquisa em águas profundas – disse.

Na avaliação do parlamentar, o que deve ser considerado na discussão sobre a distribuição de *royalties* a estados produtores e não produtores de petróleo não é a proximidade da costa, mas sim o investimento tecnológico que o estado vem fazendo.

– Nós temos que discutir os *royalties* a partir dessas proezas, e não a partir da proximidade



Senador vê resultado das prospecções como conquista de todo o país

com a costa. O investimento para que se chegue a essas profundezas para buscar o [petróleo localizado na camada] pré-sal é um investimento do país inteiro. Portanto, o resultado dessas pesquisas, o resultado dessa prospecção, o resultado dessa conquista tem que ser distribuído a todo o país – afirmou o senador.

Regulação de clones de animais será votada por três comissões

O projeto de lei que regula a pesquisa, a produção, a importação, a liberação no ambiente e a comercialização de clones de mamíferos (exceto humanos), anfíbios, répteis e aves será analisado e votado conjuntamente pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A decisão foi tomada ontem, com a aprovação de um requerimento de Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA, na reunião do colegiado.

O senador afirmou que o projeto de lei (PLS 23/07), de Kátia Abreu (DEM-TO), tramita há quatro anos no Senado.

– A intenção é liberá-lo o mais rápido possível, para que possa ser votado também na Câmara

e, assim, permitir à Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] prosseguir nesses estudos – explicou Gurgacz.

Ana Amélia (PP-RS) disse que um projeto tão importante para a Embrapa e para a pecuária brasileira não poderia estar tramitando há tanto tempo.

– Temos que fazer todo o esforço possível para atender a essa demanda – afirmou.

Na reunião de ontem, a CRA aprovou a realização de audiência pública para discutir o Programa de Aquisição de Alimentos e esclarecer a decisão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) de retirar a laranja da lista de prioridades da cadeia alimentar e produtiva. Serão convidados, entre outros, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

As ações dos governos e das ONGs devem ser corroboradas pelas pequenas ações do cidadão consciente do impacto que provoca no meio ambiente, receitam os professores



Marcelo Varella, Márcia Leuzinger e o senador Cristovam Buarque acompanham exposição de Solange Teles da Silva (D)

Solução passa por aumento da consciência ambiental

TRÊS PROFESSORES CONVIDADOS pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 mostraram preocupação com a possibilidade de a reunião de cúpula prevista para o ano que vem no Rio de Janeiro não apresentar resultados significativos e enfatizaram a necessidade de formação de cidadãos ambientalmente conscientes. Eles participaram de audiência pública sobre o tema “Governança: como administrar as soluções”, realizada ontem pela subcomissão. O debate foi mediado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Para Márcia Leuzinger, professora da Universidade de Brasília (UnB), governança ambiental significa consenso estatal e não estatal visando à superação da crise que ameaça a sobrevivência humana. Da parte do Estado, a debatedora cobrou ações dos três Poderes, destacando os dispositivos constitucionais relativos ao meio ambiente e o papel do Ministério Público.

Em seu ponto de vista, o papel das ONGs como entidades coletivas deve ser complemen-

tado pela conscientização dos indivíduos, conduzindo-os a “pequenas ações pessoais do dia a dia” para minimizar o impacto pessoal sobre o ambiente. A professora acredita que, para se garantir a participação dos entes privados na governança ambiental, a educação deve ir além dos bancos escolares.

No mesmo sentido, Solange Teles da Silva, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade do Estado do Amazonas, propõe que o Brasil assumira a frente de uma “alfabetização política ecológica”, lembrando que no trato do meio ambiente não há possibilidade de ação unilateral de qualquer Estado no mundo.

Ao relacionar governança com processo decisório, a professora assinalou o conflito entre a administração de longo prazo e as eleições de curto prazo, que se põe como obstáculo para uma unidade política internacional que reúna esforços

e aumente eficiência.

Marcelo Varella, professor do Centro Universitário de Brasília (Uniceub), teme o esvaziamento temático da Rio+20 e espera que a crise econômica prejudique a participação dos Estados Unidos no encontro de cúpula.

Na sua opinião, os políticos e o povo brasileiro precisam buscar formas de aumentar a efetividade dos tratados inter-

nacionais de proteção ambiental, considerando que os mecanismos atuais de fiscalização têm se revelado pouco eficazes.

Marcelo Varella mostrou-se otimista quanto

à crescente consciência ambiental das crianças e defendeu a proposta de uma Organização Mundial do Meio Ambiente, além do uso mais expressivo no Brasil dos elementos de novas mídias para controle ecológico.

Em seu comentário, Cristovam Buarque propôs substituir o conceito de relações internacionais pelo de unidade planetária.

Convidados alertaram que governança ambiental exige consenso estatal e social

Frente fará propostas para desenvolver o semiárido



Wilson Santiago

Eleito presidente da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento do Semiárido, criada ontem, o senador Wilson Santiago (PMDB-PB) anunciou ao Plenário que o objetivo do grupo é formular propostas para o desenvolvimento da região, além de acompanhar

programas governamentais e sugerir mudanças ou ampliações de projetos e políticas públicas em localidades que figuram dentre as mais pobres do Brasil.

O semiárido brasileiro ocupa uma área de mais de 969 mil quilômetros quadrados com altas temperaturas médias e poucas chuvas, geralmente rápidas, o que dificulta a formação de aquíferos subterrâneos. Abrange terras de nove estados: Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

Novo Código Florestal será debatido hoje em Curitiba

Sérgio Souza (PMDB-PR) convocou a população paranaense a participar de audiência pública sobre o projeto de novo Código Florestal (PLC 30/11), que ocorrerá hoje, a partir das 14h, na Assembleia Legislativa do Paraná, em Curitiba. O encontro integra o ciclo de debates da Comissão

de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

– As implantações feitas no novo Código Florestal serão de impacto generalizado em nosso estado e em nosso país e, por isso, é tão fundamental que tenhamos uma grande participação. As pessoas também podem acompanhar a audiência pela internet e enviar perguntas pelo telefone 0800 61-2211, pela página do serviço Alô Senado (www.senado.gov.br/alosenado) ou pelo Twitter (@alosenado). Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da proposição em duas comissões do Senado, tem presença confirmada.



Sérgio Souza

Apontada como uma das mais competentes e respeitadas empresas do setor no mundo, Embraer é homenageada pelo Plenário do Senado em seus 42 anos. ITA e engenheiro Ozires Silva também tiveram seus trabalhos exaltados



Luiz Henrique (E), Ana Amélia e Cristovam Buarque, que propuseram a homenagem, ao lado do engenheiro Ozires Silva, que presidiu a Embraer por mais de 20 anos

Senadores destacam força da indústria aeronáutica

A INDÚSTRIA AERONÁUTICA brasileira é uma das mais competentes e respeitadas do mundo e o Brasil "voa alto" neste setor há vários anos. Foram essas algumas das afirmações dos senadores que homenagearam, ontem, a Empresa Brasileira de Aeronáutica, a Embraer, pelos seus 42 anos de existência. Eles também enalteceram a trajetória do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e do primeiro presidente da Embraer, e um de seus idealizadores, Ozires Silva.

A homenagem foi requerida por Luiz Henrique (PMDB-SC), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ana Amélia (PP-RS), primeiros a discursar na sessão.

Atualmente, afirmou Luiz Henrique, a Embraer é uma das maiores e mais respeitadas empresas aeronáuticas do mundo, tendo apenas Boeing e Airbus como superiores. O senador registrou que a empresa nasceu das atividades do DCTA e do ITA, instituições de pesquisa, ensino, ciência e tecnologia vinculadas à Força Aérea Brasileira.

– O Brasil voa alto no conceito internacional e nos deixa orgulhosos quando vemos nossas aeronaves sendo usadas por países do primeiro mundo – disse Luiz Henrique.

Ele exaltou a figura de Ozires

Silva, "um dos maiores responsáveis pelo sucesso da Embraer". Aviador militar, Ozires diplomou-se engenheiro aeronáutico no ITA, do qual também foi professor, ajudou a criar o avião brasileiro Bandeirantes e presidiu a Embraer entre 1969 e 1986 e entre 1991 e 1995.

– Líder extraordinário, o paulista de Bauru dedicou boa parte de sua vida à Embraer e à aeronáutica brasileira – disse Luiz Henrique, lembrando que Ozires já presidiu a Petrobras e a Varig, trabalhou no Departamento Nacional de Ciência e Tecnologia e criou uma empresa nacional de biotecnologia e medicamentos.

Criado em 1950, diz Luiz Henrique, o ITA é uma das instituições de maior excelência do Brasil, com ensino, pesquisa e extensão na área aeroespacial. Formou e ainda forma grande parte dos engenheiros da Embraer.

Cristovam Buarque disse ser contrário à aquisição, pelo Brasil, de caças produzidos por outros países já que, em sua opinião, a homenagem de ontem demonstra que o Brasil tem condições de construir seus próprios caças se assim o desejar.

– Os aviões nacionais são a prova da inteligência brasileira – disse o senador, ressaltando que o ITA "é uma escola", o que comprova que, quando a educação é levada a sério, ela

pode revolucionar a realidade.

Para Ana Amélia, a Embraer é uma das grandes empresas que orgulham todos os brasileiros.

– Há um restrito número de empresas que fazem o orgulho dos brasileiros, que chegam mesmo a se sentir donos dessas empresas que são referências do país no exterior – afirmou a senadora.

Ela destacou o "valor agregado que transcende em muito o valor de um avião voando", uma vez que a produção de aeronaves pela Embraer agrega formação e conhecimento "do mais modesto mecânico ao engenheiro aeroespacial".

A senadora reiterou que grandes empresas não são construídas sem a interferência de grandes homens. Ela disse que Ozires trabalhou toda a sua vida para o desenvolvimento da indústria brasileira, conduzindo inclusive a privatização da Embraer.

Outros senadores também elogiaram a capacidade da Embraer e da indústria aeronáutica nacional, como Geovani Borges (PMDB-AP), Jorge Viana (PT-AC), Valdir Raupp (PMDB-RO), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Participaram da sessão, além de Ozires Silva, o reitor do ITA, tenente-brigadeiro do ar Reginaldo dos Santos; o diretor do DCTA, tenente-brigadeiro do ar Ailton dos Santos Pohlmann; o prefeito de São José dos Campos (SP), Eduardo Pedrosa Cury; e o vice-presidente de Relações Institucionais da Embraer, Jackson Schneider.

Ozires aponta importância da educação

Convidado a discursar na tribuna do Senado, Ozires Silva disse que o fato de a Embraer fabricar aviões para dezenas de países é fruto de investimento em educação, destacando o papel do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) na construção da empresa.

Ele também elogiou a parceria que os governos da China e da Coreia do Sul fazem com as suas respectivas sociedades para investir na educação.

Ele agradeceu a todos que colaboraram para a construção da Embraer e lembrou que a Constituição federal diz que a educação é direito de todos e deve ser promovida com a colaboração da sociedade. Para Ozires Silva, uma dedicação eficiente à educação garantirá mão de obra qualificada e fará o país ser transformado mais rapidamente.

– Tenho o sonho de que o Brasil seja respeitado no mundo todo. Para isso, precisamos de gente competente e qualificada – declarou.

Emocionado, Ozires Silva se disse impactado pela homenagem do Senado, fazendo questão de transferir a honra às inúmeras equipes que dirigiu.

– Fiquei me perguntando se eu valia tanto. Recebi muito mais do que dei em troca – finalizou o homenageado, aplaudido de pé pelos presentes.

Prevenção de acidentes aéreos volta à Câmara

Foi aprovado ontem substitutivo ao projeto que define normas para reduzir o risco de acidentes decorrentes da colisão de aeronaves com animais. A matéria (PLC 74/09) foi votada em decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e, como foi modificada no Senado, volta à Câmara.

O projeto original e o substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) tratavam da colisão apenas com aves. O relator na CI, Ciro Nogueira (PP-PI), incluiu colisões com animais em geral.

O projeto prevê lei específica contendo normas, definindo responsabilidades e estabelecendo penalidades.

O substitutivo estabelece uma área de segurança aeroportuária (ASA), com 20 quilômetros de raio. Também está prevista a possibilidade de abate quando o impacto ambiental ou custo econômico da transferência de espécies não ameaçadas de extinção não justificarem a remoção.

Comissão analisa indicados para diretoria do Dnit

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) começou ontem a analisar as indicações da Presidência da República para a diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Foram lidos os relatórios das indicações de Adão Magnun Marcondes Proença, para diretor de Infraestrutura Aquaviária, e Mário Dirani, para Infraestrutura Ferroviária. Eles serão arguidos na próxima quinta. A decisão será tomada no mesmo dia, em votação secreta.

Também constava da pauta as indicações de Roger da Silva Pêgas, para Infraestrutura Rodoviária, e José Florentino Caixeta, para Planejamento e Pesquisa. A leitura dos relatórios, no entanto, foi transferida para a semana que vem.

As indicações foram feitas porque a diretoria do Dnit caiu em julho, após denúncias de corrupção.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves

e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Ana Amélia • Luiz Henrique • Paulo Paim • Anibal Diniz

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Sílvia Burle, Suely Bastos e Sílvia Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

* Licenciados



Hildebrando Valadares, indicado para o Catar: país registra crescimento econômico entre 16% e 20% ao ano

Catar quer investir no agronegócio nacional, diz futuro embaixador

Dois pequenos países que contam atualmente com grandes taxas de crescimento econômico – Catar e Panamá – terão novos embaixadores do Brasil. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações de Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares e Adalnio Senna Ganem para os postos em Doha e Cidade do Panamá (veja abaixo). As duas mensagens presidenciais foram relatadas por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e serão votadas pelo Plenário.

Segundo Valadares, o crescimento do Catar neste ano, mesmo em meio à crise internacional, deve ficar entre 16% e 20%. Os principais produtos do Catar são gás, petróleo e petroquímicos, e sua renda per capita é superior a US\$ 80 mil – uma das mais altas do planeta. Segundo o diplomata, o Catar tem interesse em investir no Brasil, principalmente nas áreas do agronegócio, infraestrutura e energia. E o Brasil quer colaborar com o Catar na preparação da Copa do Mundo de 2022, que ocorrerá naquele país.

Ao responder a uma pergunta do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), Valadares confirmou a existência de negociações para a formação de uma área de livre comércio entre o Conselho de Cooperação do Golfo – do qual faz parte o Catar – e o Mercosul.

“Panamá busca aproximação com o Mercosul”

Da mesma forma, o embaixador indicado pela presidente Dilma Rousseff para o posto na Cidade do Panamá, Adalnio Senna Ganem, confirmou que o governo daquele país tem procurado os sócios do Mercosul para negociar um acordo de livre comércio. “Há perspectiva de negociações durante 2011 para avançar nessa direção”, informou.

Na opinião do diplomata, as empresas brasileiras que exportam para a Ásia a partir de grandes portos do Nordeste, como Pecém (CE) e Suape (PE), poderão vir a utilizar o Canal do Panamá, que será duplicado até



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a participação de empresas brasileiras na exploração de petróleo no Catar. O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) disse que o Brasil deveria seguir o exemplo do Catar e de outros países da região, como Dubai, e investir no turismo.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) observou que o Catar exerce seu poder de influência no mundo, por meio da rede de televisão Al Jazeera, que transmite programas em árabe e inglês. Por sua vez, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou a iniciativa do Catar de atrair filiais de grandes universidades internacionais, como forma de preparar a sua população para a era pós-petróleo.



Fonte: CIA World Factbook

2014. Ainda segundo Ganem, o Panamá tem buscado atrair investimentos e busca maior inserção na América Latina. A economia do país tem crescido aproximadamente 8% ao ano, como informou, mas o Panamá ainda enfrenta grandes problemas de desigualdade social.



Ganem lembra que exportações brasileiras poderão utilizar Canal do Panamá depois que ele for duplicado

Se Brasil optar pela compra dos aviões Super Hornet, terá transferência de tecnologia de “aliado próximo” dos Estados Unidos, assegura presidente da Boeing Military Aircraft

EUA garantem transferência de tecnologia para caças

A TRANSFERÊNCIA DE tecnologia prometida pelos Estados Unidos ao Brasil, no caso de opção brasileira pelos aviões Super Hornet para reequipar a sua Força Aérea, será equivalente à já feita a países como Reino Unido, Canadá e Austrália, países muito próximos de Washington. A promessa foi feita ontem pelo presidente da Boeing Military Aircraft, Christopher Chadwick, durante audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– O governo e o Congresso dos Estados Unidos estão dando um passo inédito para garantir transferência de tecnologia ao Brasil da mesma categoria da que temos com nossos aliados mais próximos – afirmou Chadwick em resposta a uma pergunta do presidente da

comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL).

No início da audiência, Collor leu carta endereçada à presidente Dilma Rousseff pelos líderes do governo e da minoria no Senado dos Estados Unidos, Harry Reid e Mitch McConnell, garantindo o seu respaldo à proposta apresentada pelo governo norte-americano na concorrência para a compra de caças destinados a renovar a frota da Força Aérea Brasileira.

Chadwick classificou o Super Hornet, avião utilizado pela Marinha norte-americana, como o melhor caça multimissão do mundo. Ele admitiu que cada empresa interessada em vender seus aviões ao Brasil dirá que tem o melhor produto. Porém, a superioridade do Hornet poderia ser provada, a seu ver, pela sua eficiência em situações

reais de conflito. O Hornet, informou, já possui mais de 150 mil horas de voo em combate.

O presidente da empresa prometeu uma “ampla transferência de tecnologia” junto à venda do Hornet, aí incluídos o apoio técnico e a manutenção no Brasil das aeronaves, além da linha de montagem final dos aparelhos também no Brasil. Ele prometeu ainda uma “profunda e duradoura parceria” com a Força Aérea Brasileira e com a indústria aeronáutica nacional.

Collor considerou muito importante a garantia de apoio à transferência de tecnologia assinada pelos dois líderes do Senado dos EUA, elogiando as propostas de manutenção dos caças no Brasil e de cooperação da Boeing, fabricante dos Super Hornet, com a Embraer.



Fernando Collor, presidente da CRE, entre Christopher Chadwick, da Boeing Military, e Christopher Raymond, da Boeing Company

Preço e financiamento podem vir a ser “ajustados”

Em resposta ao senador Blairo Maggi (PR-MT), que pediu informações sobre preço do pacote oferecido pelos EUA e condições de financiamento, o vice-presidente da Boeing, Christopher Raymond, disse que não poderia dar detalhes sobre os números, mas informou que o plano de financiamento pode vir a ser “ajustado” às necessidades brasileiras.

Cyro Miranda (PSDB-GO) defendeu a primazia de aspectos técnicos e de preço na concorrência; lembrou, no entanto, que o novo ministro da Defesa, Celso Amorim, já declarou – quando ainda ministro das Relações Exteriores – ser a operação “eminente política”.

Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ana Amélia (PP-RS) também

manifestaram preocupação com a garantia de transferência de tecnologia, caso o governo brasileiro opte pela aquisição dos Super Hornet.

Cristovam questionou, inclusive, a necessidade de compra de aviões estrangeiros. O parlamentar defendeu o desenvolvimento dos caças a serem utilizados pela Força Aérea no próprio Brasil.

Lindbergh sugere redução de juros para Brasil enfrentar crise

Lindbergh Farias (PT-RJ) manifestou, na quarta-feira, preocupação com os efeitos, sobre a economia brasileira, da crise econômica que assolará o mundo nos próximos anos.

Na avaliação do senador, o Brasil precisa reduzir as taxas de juros e “apostar todas as fichas” na integração sul-americana, de modo a proteger a indústria nacional da competição com produtos manufaturados norte-americanos e europeus.

– Estamos vivendo uma crise de natureza recessiva. Faço um apelo para que o Copom

[Comitê de Política Monetária] comece de forma corajosa a política de redução das taxas de juros – afirmou o parlamentar.

Para Lindbergh, a conquista dos mercados de produtos manufaturados dos países emergentes, via desvalorização de suas moedas, seria o principal objetivo dos países desenvolvidos nessa crise atual, daí a necessidade de o Brasil desvalorizar e baixar sua taxa de juros de modo a proteger o real e evitar sua valorização excessiva.

De acordo com o senador,



Lindbergh também defende integração sul-americana

a redução da taxa de juros produziria resultados muito positivos na economia brasileira, tais como a diminuição do montante de juros da dívida pública pago anualmente, o que aumentaria, assinalou, a capacidade de investimento do país.

Os senadores Lídice da Mata (*de branco*) e Paulo Paim entre as representantes de movimentos de mulheres: Paula Viana, Sílvia Camurça, Rosane Silva e Sônia Coelho, na audiência sobre direitos sexuais e reprodutivos



Luz Alves/Senado Federal



Luz Alves/Senado Federal

Senador vê o governo com importante papel de investidor

Movimento de mulheres critica projetos contrários a interesses femininos

Integrantes da Marcha das Margaridas participam de debate na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher e apresentam queixas contra propostas em tramitação, principalmente as que dificultam a legalização do aborto

UM DIA APÓS a Marcha das Margaridas, a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher levou ao Senado participantes do movimento para debater os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Queixas contra projetos de lei apontados como contrários aos interesses femininos – em especial à prática do aborto – pontuaram a discussão requerida por Lídice da Mata (PSB-BA), vice-presidente da subcomissão.

Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Sílvia Camurça criticou tentativas de mudanças na Lei Maria da Penha. Em vez de alterações no texto, ela defendeu reforço nas verbas públicas para combate à violência contra a mulher. Sobre o aborto, a lista de propostas rejeitadas pela AMB inclui a

tipificação como ato de tortura e seu enquadramento como crime hediondo; a proibição mesmo em caso de risco de vida para mãe ou estupro, práticas hoje legalizadas; a criação da “bolsa estupro”, uma ajuda financeira a mulheres estupradas que decidirem manter a gravidez; e até a derrubada de norma do Ministério da Saúde com orientações sobre atendimento a vítimas de violência sexual e prevenção à gravidez indesejada.

A representante da Marcha Mundial das Mulheres, Sônia Coelho Orellana, teve apoio da representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rosane Silva, ao condenar a forma como o Congresso conduz a discussão sobre o aborto. Sônia reclamou do que classificou como tentativa de se usurpar

das mulheres o direito de decidir sobre sua vida, a maternidade e o próprio corpo.

– Por que outros tentam decidir por nós aquilo que nós sabemos melhor sobre nós mesmas? Por que somos consideradas irresponsáveis na hora de tomar decisões? – indagou.

Medidas de proteção

Rosane considerou importante o Senado e a Câmara aprovarem leis que confirmem direitos à maternidade. Mas reivindicou medidas de proteção às mulheres que engravidaram e querem interromper a gravidez por não se sentirem prontas. Ela também alertou para o fato de que as mulheres trabalhadoras e pobres continuam a morrer pais afora por abortos mal feitos.

Para Lídice da Mata, o debate

sobre o “pertencimento do corpo” está na raiz de toda a discriminação contra as mulheres. A parlamentar disse acreditar que a discussão sobre a legalização do aborto no Congresso deve ocorrer com a mesma liberdade conferida aos demais temas de repercussão nacional.

Já a presidente da subcomissão, Ângela Portela (PT-RR), assinalou conquistas desta quarta edição da Marcha das Margaridas, como um acordo com o Ministério da Saúde nas áreas de gênero, saúde sexual e direitos reprodutivos. Esses avanços também foram saudados pela senadora Ana Rita (PT-ES), que não compareceu à audiência por causa de compromissos em seu estado, mas enviou mensagem às participantes do movimento.

Projetos de Valadares atendem reivindicações de trabalhadoras

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) parabenizou a realização da Marcha das Margaridas, realizada na quarta-feira, em Brasília. O senador citou dois projetos de sua autoria que atendem reivindicações das trabalhadoras rurais.

O PLS 76/10 autoriza o governo a criar o Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja, oferecendo política creditícia mais descentralizada e focalizada nos produtores mais humildes; e o PLS 258/10, que cria a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural.

No mesmo discurso, Valadares comemorou o fato de seu estado ter sido, proporcionalmente, o terceiro a gerar mais empregos no país este ano, atrás apenas de Pernambuco e Ama-



Luz Alves/Senado Federal

Valadares elogia a realização da Marcha das Margaridas, em Brasília

zonas. Segundo ele, houve um crescimento médio do emprego em Sergipe de 6,4%, contra a média nacional de 5,3%.

– Impressionante como um estado pequeno está mostrando ao Brasil como proporcionar empregos com carteira assinada a seu povo, em plena crise internacional – afirmou.

“Aborto ilegal prejudica mais as mulheres pobres e negras”

As mulheres pobres – e particularmente as negras – estão entre as principais prejudicadas pela ilegalidade do aborto no país. Essa foi uma das avaliações apresentadas ontem na audiência pública que o Senado promoveu para discutir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

– Quem tem poder econômico paga, e muito bem, pelo aborto em clínicas clandestinas. São as mulheres pobres que morrem devido ao aborto mal feito – declarou Rosane Silva, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Opinião semelhante foi exposta por Sônia Coelho, integrante da Marcha Mundial

das Mulheres – movimento criado em 2000. Ela disse que “as mulheres que têm dinheiro podem decidir sobre a sua vida, podem decidir se querem ter filhos ou não, em contraste com o que acontece com as mulheres pobres e negras”.

As críticas à ilegalidade do aborto foram embasadas por Paula Viana, que participou de pesquisa sobre o tema em cinco estados. O levantamento indicou que o aborto clandestino se vincula aos grupos sociais mais vulneráveis (quando se consideram critérios como etnia e classe social).

Além disso, as participantes da audiência apontaram o despreparo dos hospitais para atender esses casos.



Anibal Diniz diz que ponte é “cereja do bolo” das obras da BR-364

Anibal Diniz comemora conclusão da Ponte da União, no Acre

O senador Anibal Diniz (PT-AC) comemorou a inauguração, no domingo passado, da Ponte da União, sobre o rio Juruá, no município acriano de Cruzeiro do Sul. O senador disse que a ponte estaiada (sustentada por cabos) é a maior do estado e, devido à proximidade com a fronteira com o Peru, é a primeira

ponte brasileira construída com tecnologia resistente a abalos sísmicos.

O senador relatou que a cerimônia de inauguração da obra contou com a presença do ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, do governador do Acre e ex-senador Tião Viana, do senador Jorge Viana (PT-AC)

e diversas outras autoridades da região.

De acordo com Anibal Diniz, a ponte de 550 metros é a “cereja do bolo” das obras da BR-364, que tem extensão de 670 quilômetros e cuja construção começou em 1968, mas que só ganhou fôlego nos últimos 12 anos. De acordo com o senador,

o ministro dos Transportes e a presidente da República já garantiram a liberação dos recursos necessários para que as obras terminem ainda em 2012.

– De tal maneira que possamos ter garantida a inauguração dessa obra, que vai fazer a ligação de ponta a ponta do estado do Acre – disse.